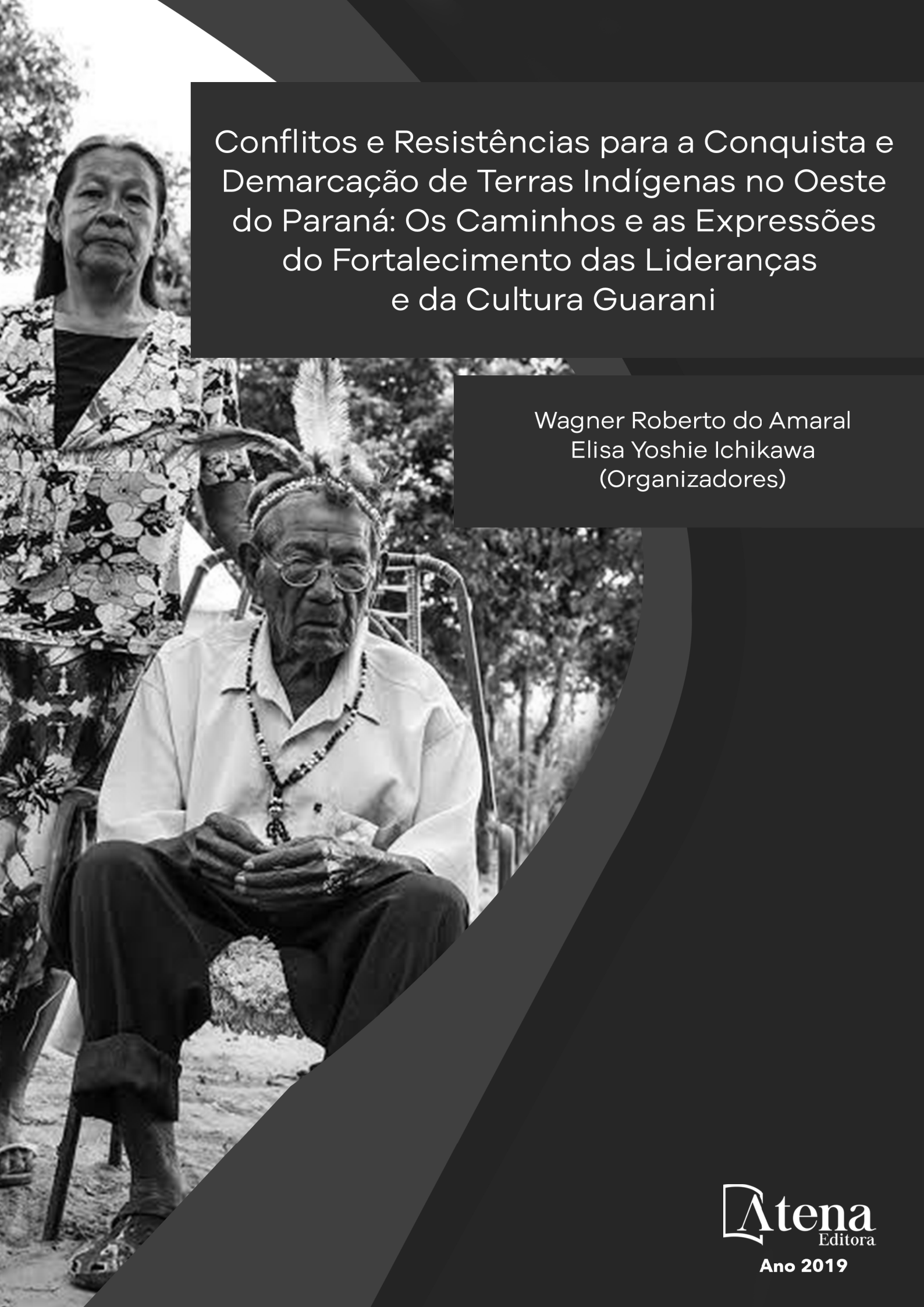


Conflitos e Resistências para a Conquista e
Demarcação de Terras Indígenas no Oeste
do Paraná: Os Caminhos e as Expressões
do Fortalecimento das Lideranças
e da Cultura Guarani

Wagner Roberto do Amaral
Elisa Yoshie Ichikawa
(Organizadores)



Conflitos e Resistências para a Conquista e
Demarcação de Terras Indígenas no Oeste
do Paraná: Os Caminhos e as Expressões
do Fortalecimento das Lideranças
e da Cultura Guarani

Wagner Roberto do Amaral
Elisa Yoshie Ichikawa
(Organizadores)

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C748	Conflitos e resistências para a conquista e demarcação de terras indígenas no oeste do Paraná [recurso eletrônico] : os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani / Organizadores Wagner Roberto do Amaral, Elisa Yoshie Ichikawa. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-822-9 DOI 10.22533/at.ed.229192711 1. Demarcação de terras – Paraná. 2. Índios da América do Sul – Posse da terra – Paraná. 3. Reservas indígenas. I. Amaral, Wagner Roberto do. II. Ichikawa, Elisa Yoshie. CDD 980.4114
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

A capa deste livro homenageia o Sr. Claudio Barros e a Sra. Vitória Nunes, importantes lideranças Avá-Guarani pertencentes ao Tekohá Porã, município de Guaíra/PR. O Sr. Claudio faleceu no dia 07 de janeiro de 2019, com 105 anos, sendo uma referência histórica de luta, inspiração e resistência para o povo Avá-Guarani e para todos nós. Claudio Barros, presente!

AGRADECIMENTO

Livro produzido com o apoio financeiro da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por meio do Edital 012/2015 – Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais.

Agradecemos a todas as comunidades Avá-Guarani da região Oeste do Paraná que acolheram a nossa equipe de pesquisa e se dispuseram a compartilhar seus conhecimentos e a compor conosco esta obra. O nosso respeito, admiração e compromisso para com a luta pela conquista do território Guarani na perspectiva de uma terra sem males.

INTRODUÇÃO

Esse nosso livro é resultado de pesquisas realizadas junto aos *tekoha* Avá-Guarani na região Oeste do Paraná, produzido com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Edital 012/2015 – Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais. Tal edital apresentava como objetivo “promover e fomentar a realização de pesquisas científicas que resultem em livros que deverão focar processos e episódios (revoltas, insurreições, rebeliões populares, lutas armadas, manifestações populares, entre outros) que, ao longo da história brasileira do período republicano, tenham sido expressão da conflitividade social e significativos para o entendimento da construção do Estado e da sociedade brasileira, com valorização de episódios pouco estudados da história brasileira”.

Esse edital possibilitou a aproximação e a articulação de docentes pesquisadores de três universidades estaduais do Paraná - sendo a Universidade Estadual de Maringá, a Universidade Estadual de Londrina e a Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - e da Universidade de São Paulo – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” USP/ESALQ. Todos esses docentes já possuíam um vínculo com pesquisas associadas a temáticas sociais nas suas diferentes áreas, seja na Administração ou no Serviço Social. Provocados pelo conteúdo progressista do edital e orientados por suas diferentes trajetórias de pesquisas, nossa equipe de pesquisadores passou a elaborar uma proposta a ser submetida. A forte inspiração da equipe nesse momento de proposição foi a profunda resistência do povo Avá-Guarani que habita a região Oeste do Paraná, já conhecida e acompanhada por parte dos pesquisadores.

No Paraná habitam três povos indígenas distintos, sendo o povo Kaingang, o povo Guarani e o povo Xetá, existindo ainda a presença de famílias Xokleng/Laklano nesse território. Cada um desses grupos étnicos e de suas comunidades possuem distintas cosmologias, distintas relações e formas de utilização das línguas indígenas e da língua portuguesa, assim como diferentes formas de organização econômica e política interna, e histórias semelhantes e dessemelhantes na relação com o Estado e com os demais movimentos sociais. No cenário paranaense – considerando que a presença indígena nesse território antecede a constituição administrativa e política do que chamamos de “Paraná” – encontramos históricas expressões de massacres, violências, expropriação dos territórios tradicionais pelo Estado e pelos empreendimentos colonizadores e capitalistas. Outrossim, também é nesse território que encontraremos profundas expressões de lutas e de resistências, seja pelo reconhecimento e demarcação dos territórios indígenas, seja pelos direitos à educação escolar indígena, à saúde indígena, dentre outros.

Foi a partir desse cenário que escolhemos como *locus*, fonte e inspiração

da pesquisa as memórias de lutas e resistências do povo Avá-Guarani que habita historicamente a região Oeste do Paraná. A partir das referências que a equipe de pesquisa já dispunha sobre a realidade desta população naquela região, empreendemos a elaboração da proposta que foi submetida e aprovada junto à Capes. A proposta submetida no mês de outubro de 2015 foi aprovada apenas no mês de novembro de 2016. Foi intitulada como “Conflitos e resistências para a conquista e demarcação de terras indígenas no Oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani”. Seu alongado título reflete justamente os desafios que se apresentam às comunidades Avá-Guarani daquela região na retomada dos seus territórios tradicionais, bem como em serem humanamente reconhecidos como sujeitos de direitos e como protagonistas e referências vivas de um patrimônio histórico, cultural e linguístico fundamental para as gerações. A escolha de categorias como: “conflitos”, “resistências”, “demarcação”, “lideranças” e “cultura Guarani” refletem ainda a perspectiva política e acadêmica da equipe.

O projeto apresentou como seu principal objetivo investigar as históricas situações de conflito e as expressões de resistência política, cultural, linguística e territorial do povo Guarani na história do território paranaense, fundamentalmente, na região da fronteira Oeste deste estado, evidenciando a emergência e os percursos das lideranças desse grupo étnico diante das violências praticadas pelo Estado brasileiro e por agentes privados que vivem na região. Constituímos ainda dois eixos temáticos orientadores para as pesquisas sendo: a formação e atuação de lideranças Avá-Guarani e suas organizações, e o papel da educação escolar e da escola Avá-Guarani nos processos de memória e de resistência.

Dentre os recursos financeiros disponibilizados, havia a previsão de seleção e bolsa pesquisa para dois mestrados, dois pós-doutorandos e quatro estudantes de graduação em iniciação científica. Enquanto princípio da equipe em contribuir com o protagonismo e a formação de pesquisadores indígenas, dos dois mestrados uma é pertencente ao povo Kaingang e dos quatro graduandos de iniciação científica três pertencem ao povo Guarani sendo um deles Avá-Guarani e pertencente ao *Tekoha Porã*, um dos territórios de retomada no município de Guaíra. Buscamos por vários estados brasileiros possíveis candidatos à bolsa de pós-doutorado, mas não conseguimos identificar doutores indígenas disponíveis para esta tarefa¹.

¹ Importante destacar que o ingresso e a permanência de indígena na educação superior no Brasil e na América Latina enquanto uma política pública educacional é recente, sendo que a primeira política de ingresso de indígenas realizada no país ocorreu pelas Universidades Estaduais do Paraná no ano de 2002 por meio da Lei Estadual n. 13.134/2001. Para maiores informações ver: AMARAL, Wagner R. (2010). As trajetórias dos estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. Acessado em 25/09/2019, em: http://www.ppge.ufpr.br/teses%20d2010/d2010_Wagner%20Roberto%20do%20Amaral.pdf e AMARAL, W. R.; FRAGA, L.; RODRIGUES, I. C.; (org). Universidade para indígenas: a experiência do Paraná. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP. Acessado em 25/09/2019, em: <http://>

Como não tivemos tempo suficiente para apresentar e discutir o projeto com as lideranças Avá-Guarani da região Oeste do Paraná (tendo em vista os reduzidos prazos para sua elaboração e submissão), tomamos como centralidade e princípio a tarefa de submetê-lo para apreciação das referências mais importantes nos *tekohas* daquela região. Portanto, no dia 20 de julho de 2017, a equipe reuniu caciques e lideranças Avá-Guarani de toda a costa oeste do Paraná na cidade de Guaíra com a intenção de apresentar e obter um parecer das lideranças acerca da proposta. Nesta ocasião, nossa equipe já estava ampliada com a presença de bolsistas de mestrado, de pós-doutorado e de iniciação científica. Fundamental nesta ocasião foi a atuação de Rodrigo Luís, estudante Avá-Guarani de Medicina na UEL, bolsista de iniciação científica no projeto e pertencente ao *Tekoha Porã*, um dos territórios de retomada no município de Guaíra. Sua atuação como mediador e tradutor da língua Guarani contribuiu imensamente para a legitimação das ações do projeto.

A reunião da equipe do projeto com as lideranças Avá-Guarani produziu um pacto de compromisso entre os pesquisadores e os/as representantes das comunidades indígenas do Oeste do Paraná. Neste pacto, os pesquisadores apresentaram a intenção de produzir um livro didático voltado às escolas Avá-Guarani sendo esta intencionalidade debatida e revisitada a partir do pedido das lideranças indígenas de que tal livro fosse voltado não às crianças Avá-Guarani, mas às crianças e jovens não indígenas das escolas não indígenas da região, entendendo a necessidade de combater os preconceitos que sofrem cotidianamente pela população. Entendiam como fundamental a elaboração de materiais didáticos que difundam a memória de existência e resistência do povo Avá-Guarani na região.

Na ocasião deste encontro, fomos convidados a visitar os *tekoha* da região, sendo um localizado no município de Guaíra e outro no município de Terra Roxa. Foram momentos fundamentais de conexão à realidade vivenciada nos territórios indígenas na região, sendo amorosamente acolhidos e abençoados pelos *xamõi* e moradores destas comunidades de retomada. Seja iluminados pela lua e as estrelas ou no sol forte do solo arenoso dos *tekohas*, nos sentimos profundamente inspirados com tanta força e tanta luta!

Após este encontro, buscamos encaminhar os trâmites formais para iniciarmos a pesquisa sendo necessário a submissão e apreciação da proposta junto ao Comitê de Ética de Pesquisas de Seres Humanos e a autorização da Fundação Nacional do Índio. Em paralelo, realizamos seminários de formação conceitual da equipe para compreendermos melhor a realidade sociocultural, econômica e política da população Avá-Guarani na região Oeste do Paraná. No primeiro seminário realizado no mês de maio de 2017 (antes de partirmos para o encontro com as lideranças Avá-Guarani em Guaíra), contamos com a presença e participação da pesquisadora

Maria Lucia Brant de Carvalho, que socializou conosco aspectos da realidade da população Avá-Guarani na região, fundamentalmente a partir dos impactos da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Os demais seminários realizados foram mediados por artigos e resultados de pesquisas que tematizavam a realidade Avá-Guarani, já resultados das revisões bibliográficas realizadas pelos bolsistas, assim como para organização das atividades da equipe.

Com a autorização do Comitê de Ética e da FUNAI, iniciamos as atividades de pesquisa. Programamos e realizamos três missões de pesquisa sendo a primeira realizada no período de 02 a 04 de agosto de 2018 no município de São Miguel do Iguçu/Paraná; a segunda, realizada no período de 06 a 08 de setembro de 2018 no município de Diamante do Oeste; e a terceira realizada no período de 22 a 24 de novembro de 2018 em Guaíra.

Em todas as missões realizadas nos impressionava a amorosa acolhida das lideranças, *xamõi*, *chary'i* e de todas as comunidades visitadas. A partir da primeira missão realizada, fomos convidados a nos apresentar na Casa de Reza, espaço sagrado para os Avá-Guarani. A partir daquela experiência de acolhimento e de mergulho dialógico com a cosmologia Guarani, revisitamos toda a programação passando a ressignificar a organização do tempo e a nos sintonizarmos ainda mais com as dinâmicas das comunidades.

Em cada missão, nos organizamos para realizar momentos simultâneos de encontro da equipe de pesquisa para socialização das pesquisas realizadas, bem como de diálogos com professores, lideranças e pesquisadores Avá-Guarani. Em todas as missões contamos com o apoio das equipes das escolas estaduais indígenas², sendo que as oficinas foram realizadas utilizando a estrutura desses espaços, assim como as refeições em todos os dias, compartilhada com todos os participantes indígenas e não indígenas das oficinas, aspecto que possibilitou maior aproximação com as comunidades.

Sem dúvida alguma, os momentos mais fortes para toda a equipe de pesquisa foram os vivenciados e sentidos no interior das *Opy*, das Casas de Reza, encontrando nelas – nos rituais, cantorias, nos conselhos, nas bênçãos, na amorosidade, na generosidade e no cuidado por eles compartilhado – o sentido da existência e resistência Avá-guarani.

Entre os andarilhos pelos diferentes *tekohas* do Oeste do Paraná, a pesquisa realizada contou com diversos sujeitos Ava-Guarani entrevistados, por meio da participação de jovens, adultos e velhos, homens e mulheres, *xamõi*, *chary'i*,

2 Ressaltamos que os membros da coordenação do projeto esteve em reunião com a equipe da Coordenação da Educação Escolar Indígena/Diretoria da Diversidade da Secretaria de Estado da Educação do Paraná com a finalidade de apresentar o projeto de pesquisa, contando nesta ocasião com o apoio e aprovação desta instituição e o respaldo para que as escolas estaduais indígenas da região oeste do Paraná acolhessem as atividades propostas.

lideranças, professores e estudantes indígenas convidados a somar conosco nesta empreitada de investigação. Contou ainda com a participação de sujeitos não indígenas como diretores das escolas estaduais indígenas e professores e pedagogos das escolas estaduais não indígenas.

As entrevistas e a literatura acessada por meio da revisão bibliográfica evidenciaram ainda diferentes formas de apresentar as categorias e expressões em Guarani, não tendo a pesquisa e esse livro nenhuma intenção de padronizá-las, pelo contrário, evidenciamos o nosso respeito às diferenças linguísticas existentes entre as parcialidades do povo Guarani compreendendo a riqueza cultural nelas presentes.

A partir desse percurso de diálogos, de interculturalidades e de profundas aprendizagens pelos pesquisadores *karaí* ou *jurua* (os não indígenas, para os Avá-Guarani), encontramos a inspiração para a organização deste livro. Mais do que o resultado da sistematização de conhecimentos científicos e acadêmicos produzidos pela equipe de pesquisa com pesquisadores convidados, esta obra se apresenta como mais um instrumento de luta para o povo Avá-Guarani da região Oeste do Paraná, assim como para toda a nação Guarani espalhada pelos diferentes estados brasileiros e os cinco países do cone-sul.

Este livro apresenta quinze capítulos que versam especificamente sobre diferentes aspectos da realidade e da memória Avá-Guarani que habita a região Oeste do Paraná. Por ser Guarani, essa população mantém seu *ñandereko* (modo de viver Guarani) através dos seus andarilhos pelo seu território ancestral, existente anteriormente aos tratados, disputas e invasões territoriais feitas pela colonização europeia ou pelos acordos político-administrativos entre os estados brasileiros e nos cinco países do Cone Sul da América. Este livro parte então do pressuposto da existência ancestral de um território Guarani de dimensões continentais contemporaneamente espalhado em 1.400 *tekohas*, explicitado pelo capítulo "*Territorialidades e resistências históricas: panorama continental e atualidades do povo Guarani*", de autoria de Clovis Brighenti. Inicia-se, desta forma, a explicitação de uma das posições mais importantes desta obra: o povo Avá-Guarani que habita a região Oeste do Paraná, pertencente ao povo Guarani, já habitava esse território há cerca de dois mil anos atrás, bem antes da ocupação e fundação das cidades de Guaíra, Terra Roxa, Diamante do Oeste, Santa Helena, São Miguel do Iguçu, dentre outras. Deste modo, são populações originárias e com direitos fundamentais de ocupar seus territórios tradicionais e ancestrais.

É na fronteira entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina que o povo Guarani também vivenciará sagas históricas marcadas por massacres e por resistências. Uma das sagas mais contemporâneas constituída em nome do desenvolvimento nacional foi a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que alagou muitos territórios

tradicionais Guarani. É nessa perspectiva que Maria Lucia Brant de Carvalho nos apresenta o capítulo *“Os Guarani da Tríplice Fronteira, Brasil, Paraguai e Argentina: os direitos às terras, à mobilidade espacial por entre as fronteiras e à cidadania”*.

No terceiro capítulo denominado *“Tekoha Jevy: um breve panorama das retomadas Guarani no Oeste do Paraná”*, sendo um dos territórios tradicionais de resistência na região, Paulo Porto refletirá acerca do que denomina como diáspora Guarani provocada historicamente pelas forças colonizadoras e mais contemporaneamente pelo Parque Nacional de Iguaçu e da Itaipu Binacional, sinalizando, contudo, os processos de retomada dos territórios tradicionais (*Tekohas*) e em busca do *Tekoa Guasu*.

A partir do quarto capítulo *“Territorialidade e demarcação de terras: a dimensão simbólica do espaço para produção de alimentos na cultura Avá-Guarani”* de autoria de Luciano Mendes e Carolina Ferraz dos Santos, iniciamos as reflexões desenvolvidas a partir do trabalho de pesquisa de nossa equipe junto aos *tekohas* da região Oeste do Paraná. Tal capítulo pauta e dialoga com as práticas de produção de alimentos a partir da dimensão simbólica Avá-Guarani, tendo em vista que os autores estão vinculados a uma tradicional instituição de educação superior da área de ciências agrárias, sociais e ambientais no Brasil, problematizando e refletindo a temática indígena.

O quinto capítulo do livro reflete acerca das *“Estratégias psicossociais de resistência das lideranças Avá-guarani sob a perspectiva da Psicologia Social Latino-americana (PCSLA)”*, tendo como autoras Juliane Sachser Angnes, Maria de Fátima Quintal de Freitas e Rozeli Aparecida Menon. Essa reflexão se orienta em um dos eixos da pesquisa que centra a importância da formação e do papel da liderança Avá-Guarani nos processos de memória e de resistência política e cultural.

Gilza Ferreira de Souza Felipe Pereira e Wagner Roberto do Amaral apresentam o sexto capítulo desta obra, *“Relatando uma experiência de pesquisa e de luta no movimento social indígena, vivenciada por uma estudante indígena na pós-graduação”*. O texto apresenta a narrativa dialógica de uma pesquisadora Kaingang bolsista do projeto (junto com seu orientador de mestrado) que inicia seu percurso como investigadora buscando analisar o papel das mulheres Avá-Guarani enquanto lideranças de seu povo. Texto de significativa alteridade entre mulheres lideranças.

Na lógica da formação de lideranças Avá-guarani, Cynthia Franceska Cardoso, Wagner Roberto do Amaral e Elisa Yoshie Ichikawa apresentam o capítulo *“Os mais velhos e a juventude Avá-Guarani: a memória como estratégia de resistência”*, identificando e analisando os encontros produzidos entre os grupos de jovens Avá-guarani e os *xamõis* dos *tekohas* da região oeste do Paraná. Problematizam o conceito de juventude e de juventude indígena, bem como a situa nos contextos de opressão vivenciados pelos jovens indígenas na região estudada.

O oitavo capítulo versará sobre *“Os conflitos para a reconquista e demarcação de territórios Avá-Guarani no Oeste do Paraná: a produção de representações sociais pela mídia”*, tendo como autores Samuel Osório Ribeiro da Silva e Elisa Yoshie Ichikawa. Refletem o conceito de representação social associada às estratégias de comunicação, analisando os conteúdos de matérias jornalísticas sobre os Avá-Guarani da região oeste do Paraná, fundamentalmente sobre a questão fundiária e o posicionamento dos veículos de mídia.

Dialogando com a área dos estudos organizacionais e com a psicologia da libertação de Martin Baró, Luis Fernando Moreira da Silva, Marcio Pascoal Cassandre e Wagner Roberto do Amaral focam o nono capítulo refletindo sobre *“As casas de reza como comunidades de prática em territórios Avá-Guarani do Oeste do Paraná”*. Sinalizam que as casas de reza das comunidades Avá-Guarani têm se configurado como uma poderosa ferramenta de articulação interna pelas lutas que essas população enfrentam atualmente.

O décimo capítulo desta obra versa sobre *“O ensino da história e da cultura Avá-Guarani pelas escolas estaduais não indígenas no município de Guaíra-PR”*. Os autores Eloá Soares Dutra Kastelic e Wagner Roberto do Amaral refletem sobre a importância da Lei n. 11.645/2008 que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em todos os estabelecimentos de ensino do país e analisam mais diretamente as concepções e práticas de duas escolas estaduais não indígenas que possuem estudantes Avá-Guarani nelas matriculados.

O décimo primeiro capítulo *“Um Avá-Guarani com uma câmera na mão”* de autoria de Mônica Panis Kaseker, Lucas Ribeiro e Yago Junio dos Santos Queiroz apresenta a narrativa da experiência de produção do vídeo documentário junto às lideranças Avá-Guarani nos diferentes *tekohas* onde se realizou a pesquisa. O trabalho de gravação e de autoria do texto foi vivenciado em conjunto com um estudante indígena do curso de jornalismo, evidenciando inúmeras potencialidades do uso do audiovisual para e pelas comunidades indígenas, articulando sentidos de identidade e fortalecendo a interculturalidade.

Os quatro capítulos finais deste livro apresentam as narrativas dos quatro estudantes Guarani bolsistas de iniciação científica do projeto. Oséias Poty Miri Florentino apresenta *“Um relato de um indígena Guaraní Mbya: conhecendo um fragmento da realidade e do contexto de luta dos Ava-Guaraní da região Oeste do Paraná”*; Rodrigo Luís, apresenta a *“História e trajetória de um acadêmico Avá-Guarani pesquisador em busca da visibilidade para seu povo, na luta pela demarcação e a universidade como ferramenta de luta”*; Alexandro da Silva apresenta *“As experiências de formação de pesquisadores Guarani – ser acadêmico Guarani-Ñandéva e Guarani-Mbyá conhecendo o universo Avá-Guarani da região Oeste do Paraná”*; e Uerique Aparecido Gabriel Matias apresenta *“Um relato de experiência: memórias*

e resistência dos Avá-Guarani do Oeste do Paraná como pesquisador Guarani Ñandéva". Quatro sujeitos Guarani pertencentes a três diferentes parcialidades - Guaraní Mbya, Guarani-Ñandéva e Avá-Guarani – experimentando serem Guarani e, simultaneamente, serem pesquisadores do seu povo, articulados em torno da memória e das lutas das comunidades Avá-Guarani do Oeste do Paraná.

Por fim, este livro pretende se constituir em mais uma das demais referências já produzidas e as que ainda virão para fortalecer a memória de existência, re-existência e de resistência do povo Guarani! Desejamos que a leitura destes textos inspire ainda mais o nosso compromisso para com os povos indígenas do Brasil e da América Latina.

Novembro de 2019.

Wagner Roberto do Amaral
Elisa Yoshie Ichikawa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
TERRITORIALIDADES E RESISTÊNCIAS HISTÓRICAS: PANORAMA CONTINENTAL E ATUALIDADES DO POVO GUARANI	
Clovis Brighenti	
DOI 10.22533/at.ed.2291927111	
CAPÍTULO 2	14
OS GUARANI DA TRÍPLICE FRONTEIRA, BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA: OS DIREITOS ÀS TERRAS, À MOBILIDADE ESPACIAL POR ENTRE AS FRONTEIRAS E À CIDADANIA	
Maria Lucia Brant de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.2291927112	
CAPÍTULO 3	40
TEKOKHA JEVY: UM BREVE PANORAMA DAS RETOMADAS GUARANI NO OESTE DO PARANÁ	
Paulo Porto	
DOI 10.22533/at.ed.2291927113	
CAPÍTULO 4	56
TERRITORIALIDADE E DEMARCAÇÃO DE TERRAS: A DIMENSÃO SIMBÓLICA DO ESPAÇO PARA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA CULTURA AVÁ-GUARANI	
Luciano Mendes Carolina Ferraz dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.2291927114	
CAPÍTULO 5	70
ESTRATÉGIAS PSICOSSOCIAIS DE RESISTÊNCIA DAS LIDERANÇAS AVÁ-GUARANI SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL LATINO-AMERICANA (PCSLA)	
Juliane Sachser Angnes Maria de Fátima Quintal de Freitas Rozeli Aparecida Menon	
DOI 10.22533/at.ed.2291927115	
CAPÍTULO 6	84
RELATANDO UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA E DE LUTA NO MOVIMENTO SOCIAL INDÍGENA, VIVENCIADA POR UMA ESTUDANTE INDÍGENA NA PÓS-GRADUAÇÃO	
Gilza Ferreira de Souza Felipe Pereira Wagner Roberto do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.2291927116	
CAPÍTULO 7	103
OS MAIS VELHOS E A JUVENTUDE AVÁ-GUARANI: A MEMÓRIA COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA	
Cynthia Franceska Cardoso	

Wagner Roberto do Amaral

Elisa Yoshie Ichikawa

DOI 10.22533/at.ed.2291927117

CAPÍTULO 8 117

OS CONFLITOS PARA A RECONQUISTA E DEMARCAÇÃO DE TERRITÓRIOS AVÁ-GUARANI NO OESTE DO PARANÁ: A PRODUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PELA MÍDIA

Samuel Osório Ribeiro da Silva

Elisa Yoshie Ichikawa

DOI 10.22533/at.ed.2291927118

CAPÍTULO 9 128

O ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AVÁ-GUARANI PELAS ESCOLAS ESTADUAIS NÃO INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE GUAÍRA-PR

Eloá Soares Dutra Kastelic

Wagner Roberto do Amaral

DOI 10.22533/at.ed.2291927119

CAPÍTULO 10 144

AS CASAS DE REZA COMO COMUNIDADES DE PRÁTICA EM TERRITÓRIOS AVÁ-GUARANI DO OESTE DO PARANÁ

Luis Fernando Moreira da Silva

Marcio Pascoal Cassandre

Wagner Roberto do Amaral

DOI 10.22533/at.ed.22919271110

CAPÍTULO 11 158

UM AVÁ-GUARANI COM UMA CÂMERA NA MÃO

Mônica Panis Kaseker

Lucas Ribeiro

Yago Junio dos Santos Queiroz

DOI 10.22533/at.ed.22919271111

CAPÍTULO 12 171

UM RELATO DE UM INDÍGENA GUARANÍ *MBYA*: CONHECENDO UM FRAGMENTO DA REALIDADE E DO CONTEXTO DE LUTA DOS AVA-GUARANÍ DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Oséias Poty Miri Florentino

DOI 10.22533/at.ed.22919271112

CAPÍTULO 13 177

HISTÓRIA E TRAJETÓRIA DE UM ACADÊMICO AVÁ-GUARANI PESQUISADOR EM BUSCA DA VISIBILIDADE PARA SEU POVO, NA LUTA PELA DEMARCAÇÃO E A UNIVERSIDADE COMO FERRAMENTA DE LUTA

Rodrigo Luís

DOI 10.22533/at.ed.22919271113

CAPÍTULO 14	185
AS EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO DE PESQUISADORES GUARANI – SER ACADÊMICO GUARANI-ÑANDÉVA E GUARANI-MBYÁ CONHECENDO O UNIVERSO AVÁ-GUARANI DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ	
Alexandro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.22919271114	
CAPÍTULO 15	189
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA: MEMÓRIAS E RESISTÊNCIA DOS AVÁ-GUARANI DO OESTE DO PARANÁ COMO PESQUISADOR GUARANI ÑANDÉVA	
Uerique Aparecido Gabriel Matias	
DOI 10.22533/at.ed.22919271115	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	192

O ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AVÁ-GUARANI PELAS ESCOLAS ESTADUAIS NÃO INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE GUAÍRA-PR

Data de aceite: 19/11/2019

Eloá Soares Dutra Kastelic

Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Doutora em Letras, Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – campus de Foz do Iguaçu. Foi bolsista de pós-doutorado pela CAPES no projeto “Conflitos e Resistências para a Conquista e Demarcação de Terras Indígenas no Oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani”.

Wagner Roberto do Amaral

Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pós-Doutorado em Estudos Interculturais pela Universidad Veracruzana (México) e Pós-Doutorado em Políticas de Educação Superior para Povos Indígenas na América Latina pela Universidad NacionaI Tres de Febrero (Argentina). Estância pós-doutoral no Instituto de Migraciones da Universidad de Granada (Espanha). Professor do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e membro da Comissão Universidade para os Índios da UEL. Pesquisador colaborador do projeto “Conflitos e Resistências para a Conquista e Demarcação de Terras

Indígenas no Oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani”.

INTRODUÇÃO

A região Oeste do Paraná compõe um território marcado pelos conflitos entre fazendeiros e a população Avá-Guarani, assim, a presença de estudantes indígenas nas escolas dessa região os colocam em situações de estranhamentos diversos movidos pelo preconceito e discriminação. Considerando que os preconceitos contra os Avá-Guarani na região de Guaíra não se resumem somente às questões fundiárias, especificamente as escolas apresentam um cenário complexo oriundo das diferenças linguísticas e culturais, com significativa presença de preconceitos contra a população indígena. Nesta pesquisa, teve-se como objetivo investigar as compreensões de professores, diretores, equipe pedagógica, equipe multidisciplinar e estudantes Avá-Guarani sobre a implementação da Lei nº 11.645/2008, em escolas estaduais de ensino fundamental (anos finais), localizadas na cidade de Guaíra, no Estado do Paraná.

Sendo assim, infere-se que essa situação pode repercutir negativamente nas

atividades pedagógicas concernentes às orientações curriculares propostas pela Lei nº 11.645/2008. A referida lei modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, determinando a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial da rede de educação pública e privada, conforme o parágrafo citado:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 2008, s.p).

Nessa perspectiva, ampliam-se as indagações sobre as compreensões dos estudantes indígenas, professores, diretores, coordenadores pedagógicos e membros da Equipe Multidisciplinar (EM)¹ tendo em vista as orientações da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR) para a atuação das EMs, nessa última década.

A metodologia de nossa investigação pautou-se pela pesquisa qualitativa e realizou, concomitantemente, revisão bibliográfica e pesquisa de campo em duas escolas estaduais de ensino fundamental (anos finais), da cidade de Guaíra, no Estado do Paraná. Dessa forma, por meio de entrevistas foram abordados dois professores, um coordenador pedagógico, dois diretores, dois membros da Equipe Multidisciplinar, e por meio de grupo focal foram abordados onze estudantes Avá-Guarani matriculados nas escolas estaduais, desse grupo de estudantes destacam-se duas meninas que tiveram a iniciativa de responder aos questionamentos, sintetizando as compreensões do grupo acerca da implementação da Lei nº 11.645/2008. Assim, fez-se a caracterização das instituições e dos entrevistados, identificando cada uma das escolas sendo que, segundo os seus Projetos Políticos Pedagógicos de 2018, uma delas contava com 400 alunos (desse total, 39 eram estudantes indígenas), e a outra contava com aproximadamente 502 estudantes (desse total, 31 eram estudantes indígenas). Buscamos preservar no texto a identidade dos participantes.

O material gerado da interação por meio das entrevistas e grupo focal foi analisado tendo em vista as perspectivas teóricas que buscam desconstruir o ideário colonialista que escamoteia a compreensão dos povos indígenas na contemporaneidade. Tais perspectivas requerem, sobretudo, o questionamento

1 Propostas pela Deliberação n.º 04/06 do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE/PR) e pela Instrução n.º 017/06 SUED/SEED, e institucionalizadas pela Resolução n.º 3399/10 SUED/SEED e a Instrução n.º 010/10 SUED/SEED, as Equipe Multidisciplinares tem como objetivo ofertar formação continuada com vistas a implementação da Lei nº 11.645/2008, focalizados nas relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena na rede estadual de educação do Paraná.

da base eurocêntrica impregnada na cultura brasileira, da lógica hegemônica que promoveu historicamente o silenciamento dos povos indígenas, impedindo que parte sociedade brasileira valorizasse e reconhecesse seus saberes e culturas. Ao consultar o banco de artigos científicos na base da Scientific Electronic Library Online (SCIELO), encontramos cinco artigos especificamente sobre indígenas associados à Lei nº 11.645/2008, no entanto neles não há acerca da implementação desta lei em escolas onde há a presença de estudantes indígenas matriculados, especificidade desta investigação.

No sentido de reconhecer os indígenas como povos originários, vale evidenciar as reflexões de Curt Unckel (1933 [2014]), etnólogo alemão batizado pelos indígenas como Curt Nimuendajú², e que, após quarenta anos de pesquisa com povos originários do Brasil, reafirmou a origem e legitimidade destes grupos étnicos na América. Expõe em suas obras que, na colonização, já apresentavam uma organização na economia, nas formas coletivas de vida e também em seus princípios orientados por suas culturas.

A população Avá-Guarani do Oeste do Paraná tem constantemente seus direitos violados, sendo esta questão evidenciada na literatura disponível, com destaca que os textos de Carvalho, “Das Terras dos Índios aos Índios sem Terras - O Estado e os Avá-Guarani do Oco’y: violência, silêncio e luta” de 2013, Cunha e Cesarino (Orgs.) “Políticas Culturais e Povos Indígenas” de 2016, Cunha e Barbosa (Orgs.) “Direitos dos Povos Indígenas em Disputa” de 2018 e, mais recentemente, foi lançado o livro “Avá-Guarani: a construção de Itaipu e os direitos territoriais”, de 2019, organizado por membros do Ministério Público Federal de autoria de Alcântara, Omoto, Araújo Júnior e Ramos (Orgs). Tais obras se sintonizam quando dão ênfase à luta e à resistência histórica do povo Avá-Guarani do Oeste do Paraná. Esses autores discutem acerca dos direitos coletivos dos povos indígenas, à luz de leis, pareceres e da definição dos direitos territoriais no Brasil, do direito internacional e das práticas assimilacionistas praticadas no Brasil. Evidenciam que a resistência e a luta dos Avá-Guarani são historicamente marcadas por conflitos que, sobretudo, passam pela questão da terra e, segundo esse grupo étnico, sem terra não há *Tekoha* – local do bem viver.

Destarte, as mobilizações no âmbito do movimento social indígena abrange questões concernentes ao território, educação, saúde, combate à violência, preconceito e discriminação. Dessa forma, os povos indígenas conquistaram nas últimas décadas, maior visibilidade sociopolítica por meio da participação das lideranças que reivindicam questões coletivas que, sobretudo, convergem na

2 Nimuendajú, também mencionado na obra de Darcy Ribeiro “Os Índios e a Civilização: A integração da populações indígenas no Brasil moderno”, editado em 1970 e reeditado em 2017, é um dos cinco volumes dedicados a “Antropologia da Civilização” (2017, p. 147) no qual, Ribeiro traz o plano de pacificação de Nimuendaju proposto aos Parintintin no período de 1911

necessidade de ampliação do debate sobre a implementação de políticas públicas afirmativas pautadas pelos direitos humanos e constitucionais. Tais demandas formam um alicerce para compreender como as relações étnicas e culturais vêm sendo trabalhadas na escola e quais as dificuldades e limitações de uma efetiva aplicação das determinações da Lei nº 11.645/2008 nesse espaço.

No âmbito federal, a Lei nº 11.645/2008 se amplia pela força dos movimentos indígenas emergentes no Brasil, pela luta de indigenistas e professores pesquisadores das universidades públicas brasileiras que, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) tiveram oportunidade de pautar a inclusão e valorização das culturas e histórias dos povos indígenas no currículo escolar na educação pública e privada. Torna-se fundamental manter e implementar essa política com vistas ao combate à discriminação e ao preconceito étnico-racial presentes nas escolas e na sociedade.

Nas instituições de educação básica, constata-se que os estudantes reproduzem o preconceito, a discriminação e o racismo arraigados na sociedade, provocando os professores, coordenações pedagógicas e gestores das escolas a combaterem essa tendência de forma institucionalizada, por meio da elaboração de Projetos Político-Pedagógicos (PPP). Entretanto, nesse processo, os equívocos ocorrem quando as abordagens propõem soluções via estímulo ao espírito de liderança, como se o problema estivesse na habilidade do gestor e também na prática docente que não considera as diferenças que constituem as especificidades socioculturais. Arroyo (2011) não vê possibilidades da construção de democracias pluriétnicas mediadas pela paz, respeito e valorização, muito embora sejam elementos importantes, seriam frágeis para manter e ampliar os direitos dos coletivos de desiguais compostos de dimensões etnicorraciais, de gênero, de origem geográfica, cultural e, sobretudo, de classe.

Durante esse percurso, há possibilidade da escola, ao seguir tais determinações, questionar a história do Brasil apresentada nos livros didáticos e, ao resgatar as contribuições dos povos indígenas valorizando-os como sujeitos que contribuíram com a formação social, cultural e econômica do país no passado e no presente, poderá abrir novas possibilidades ao debate. Nessa direção apresenta-se a seguir um breve histórico sobre a Lei 11.645/2008.

UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A LEI Nº 11.645/2008

Anterior à Lei nº 11.645/2008, o texto da Constituição Federal de 1988 propôs assegurar o exercício dos direitos num contexto livre de preconceitos numa sociedade justa e solidária, prezando pela liberdade e reduzindo as desigualdades sociais, cujas metas buscam no Artigo 3º inciso IV “[...] promover o bem de todos,

sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, s.p).

Destarte, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, foi modificada pela Lei nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003) e passou a vigorar acrescida do artigo 26-A, que trata da obrigatoriedade do ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira, no âmbito escolar por meio das disciplinas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e particulares (BRASIL, 1996). Contudo, o texto da LDBEN de 1996 recebe nova alteração feita pela Lei nº 11.645/2008 determinando a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial das redes de ensino, mantendo-se o Artigo 26-A acrescido da inclusão da história e cultura indígena nos currículos escolares.

Nesse contexto, a Lei nº 11.645/2008 determina que se destaque a importância dos povos indígenas como uma das matrizes étnicas que contribuíram na formação do povo brasileiro, bem como na economia, na cultura e na sociedade como um todo. Na referida Lei permanece a orientação de dialogar com as disciplinas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira, no tocante aos povos indígenas, sobretudo, propõe a superação da discriminação e do preconceito, trabalhando a história dos sujeitos afetados pela injustiça, pela subtração dos direitos, pela expropriação de seus territórios, fortalecendo seus direitos e ressaltando a relevância dos indígenas na história do Brasil. A não efetivação dessa Lei tende a gerar um ambiente que, a longo prazo, reforça as hostilidades entre os sujeitos, agravando os conflitos nas escolas, causando reações negativas em cadeia, envolvendo professores, estudantes indígenas e comunidade escolar, além de potencializar o preconceito e a discriminação nas escolas.

Diante do exposto acerca da efetivação da Lei nº 11.645/2008, o governo federal, por meio do parecer CNE/CEB nº: 14/2015, aprovado em 11/11/2015, instituiu as “Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008”. Dentre as orientações desse parecer, destaca-se um trecho, sob o qual, infere-se que, para além da abordagem teórica, a elaboração de material pedagógico específico é um aliado importante no combate ao imaginário equivocado sobre os povos indígenas do Brasil, que, historicamente tiveram a imagem destorcida projetada nos livros didáticos para que fossem desprestigiados na sua língua, cultura e na forma de viver. Assim sugere o parecer, “[...] na produção de materiais didáticos e pedagógicos, os quais devem atribuir os devidos valores à história e culturas dos povos indígenas para o efetivo reconhecimento da diversidade cultural e étnica da sociedade brasileira” (BRASIL, 2015, p. 02).

No Estado do Paraná, poderemos encontrar um processo diferenciado para a

implementação da Lei nº 11.645/2008, tendo em vista a institucionalização de Equipes Multidisciplinares em cada escola estadual, tendo tais equipes a responsabilidade de orientar as reflexões em torno do conteúdo de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, devendo as mesmas contar com os subsídios da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR). Tal iniciativa foi instituída no ano de 2010, antes mesmo da publicação do parecer CNE/CEB nº: 14/2015, sendo inédita por articular as duas dimensões presentes na Lei 10.639/2003 e na Lei 11.645/2008.

Ações e compreensões de professores, estudantes indígenas, diretores, equipe pedagógica e equipe multidisciplinar sobre a implementação da Lei nº 11.645/2008 nas escolas estaduais de Guaíra

Para a atividade de pesquisa visitamos duas escolas e contamos com os seguintes participantes na pesquisa: duas professoras, dois diretores, um coordenador pedagógico; dois membros da equipe multidisciplinar, onze estudantes indígenas, desse grupo, duas meninas responderam aos questionamentos sintetizando os diálogos do grupo, durante essa interação eles conversavam nas duas línguas, entre eles falavam o guarani e respondiam aos questionamentos em língua portuguesa.

Ao entrevistar as duas professoras, uma de cada escola, observamos que elas residem na cidade de Guaíra há aproximadamente 25 anos e atuam nas escolas há cerca de dez anos. Tiveram sua formação em instituições públicas, sendo que uma delas se graduou em Geografia e tem experiência desde a Educação Infantil ao Ensino Médio, além da Educação do Campo e na Educação Especial; a outra professora cursou Matemática e possui experiência nos anos iniciais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio nas Modalidades Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação do Campo. Essas informações apontam que são profissionais qualificadas e com experiência na docência.

Ao levantarmos as compreensões das professoras entrevistadas acerca dos povos indígenas do Brasil, estas responderam:

Os índios são o início de tudo, a origem da história, a mistura de raças.

Os valores deles são diferentes, a cultura é diferente, os modos e formas de ver o mundo são diferentes também. De certa forma, estão inseridos no Brasil, mas estão, na realidade, excluídos.

Ao apresentarem seu entendimento sobre a Lei nº 11.645/2008 evidenciaram que:

[...] inserção de diferentes indivíduos, o afro e o indígena, a inclusão de todos em sala por meio da interação”.

[...] por meio da Equipe Multidisciplinar, realiza-se um trabalho na disciplina de

Geografia, é interessante as apresentações da cultura dos indígenas e afro, dá pra refletir sobre o problema.

Indagamos ainda sobre como as professoras compreendem a luta pela retomada dos territórios indígenas em Guaíra.

A situação é complexa, são muitas visões sobre a questão, existem muitas forças contrárias aos indígenas e os estudantes sofrem pela falta de recursos. [...] Sabe-se que houve indígenas aqui em Guaíra, mas as pessoas tiveram a posse da terra.

Aceitamos os índios na escola [...] aqui procura-se não debater sobre a questão da terra, porque é preciso analisar os dois lados, eu procuro não me envolver com isso.

No que se refere ao material pedagógico utilizado nas escolas, responderam que:

Usamos o livro didático da escola, eu nunca li nada relacionado, na escola não.

Não conheço autores que trabalham com a temática indígena.

No item seguinte serão apresentadas as compreensões do coordenador pedagógico sobre a implementação da Lei 11.645/2008 nas escolas estaduais de Guaíra.

A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E AS MEDIAÇÕES NA ESCOLA

Para a pesquisa, a princípio, seriam entrevistados dois coordenadores, um de cada escola, no entanto, conseguimos espaço para dialogar com apenas um coordenador pedagógico.

Acerca da compreensão que sobre a Lei nº 11.645/2008 e como ela se efetiva, a coordenação pedagógica relata:

É trabalhado a temática por meio da interdisciplinaridade e abordagem de temas específicos. Temos, também, um trabalho efetivo liderado pelo Grêmio Escolar sobre o *bullying*, e durante todo ano são desenvolvidas atividades por meio de palestras, filmes, teatro e apresentações diversas.

Em torno da compreensão sobre os povos indígenas e os conflitos fundiários em Guaíra, a coordenação pedagógica da escola evidencia que:

É uma questão bem latente, muitos conflitos acontecem na nossa cidade, mas na escola não percebemos nenhuma referência sobre esse tema. Temos muito cuidado com essa questão, principalmente porque temos muitos estudantes indígenas. Nunca tivemos problemas sobre essa questão no espaço escolar.

Questionado sobre a presença dos estudantes indígenas na escola e a realidade local destes sujeitos em Guaíra, a coordenação pedagógica informa:

A nossa escola tem acolhido muito bem os estudantes indígenas, até porque estamos localizados em um lugar que fica mais próximo das aldeias, dessa forma, temos um grande fluxo de matrículas de estudantes indígenas. A nossa dificuldade se refere às faltas desses estudantes. Assim, constantemente, estamos em contato com os responsáveis. Fazemos campanha de doação de agasalhos e uniformes para que se sintam iguais aos outros. E também nas atividades esportivas estão sempre participando. São incentivados a participarem das atividades rotineiras da escola.

Ao refletir o desenvolvimento dos estudantes indígenas na escola, a coordenação pedagógica expõe que:

Devido às faltas, alguns estudantes indígenas não conseguem ter um bom rendimento. Principalmente na semana de prova, faltam e não justificam; para nós, é um grande problema. Devido a isso, nós da equipe pedagógica orientamos os professores a assistirem esses estudantes de maneira diferenciada. Quanto à linguagem, não temos problemas, se comunicam bem e falam a língua portuguesa. Alguns estudantes possuem mais dificuldades na interação, são quietos e tímidos, outros, conseguem interagir facilmente. Quanto à disciplina, são estudantes educados e que não causam problemas em sala de aula. Nosso único problema mesmo são as faltas e a desistência de alguns.

Sobre as abordagens pedagógicas utilizadas para o desenvolvimento de atividades sobre a história e memória dos Guarani da região e quais referenciais e materiais pedagógicos são utilizados, a coordenação pedagógica relata:

as abordagens são feitas por meio de textos e discussões, visitas ao Museu do município que possui vários materiais sobre a história.

Finaliza com exemplos apresentado um escritor³ local que retrata a história dos Avá-Guarani. Em seguida apresentamos as compreensões dos gestores/diretores das escolas pesquisadas.

OS DIRETORES DURANTE O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

Na caracterização dos diretores das escolas pesquisadas, observa-se que ambos estão em média há seis anos no exercício dessa função. Foram entrevistados dois diretores, um de cada escola.

Quando indagados a respeito de suas compreensões sobre os povos indígenas no Brasil, o diretor de uma das escolas relata: “exclusão geral, eles se isolam”; um dos diretores afirma que “são povos de culturas e valores diferentes”.

Sobre a compreensão da Lei nº 11.645/2008:

3 GALVÃO. Edson. *Histórias, Lendas e Poesias*. Guaíra-PR. Editora Riozão Querido. 2014.

Tenho pouca compreensão, a questão afro e indígena é proposta pela equipe multidisciplinar, é mais trabalhada na disciplina de Artes, mas pouco se vê da cultura indígena”; “aqui, a Lei nº 11.654/2008 na escola começa com a equipe multidisciplinar, depois com o Plano de Trabalho Docente (PTD), entendo que precisa ser trabalhada em todas as disciplinas e durante o ano todo, fora das datas.

Acerca de quais orientações os professores têm recebido da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) e dos Núcleos Regionais de Educação (NRE) sobre a temática indígena, um dos diretores afirmou que elas não ocorrem com frequência desde 2016, de que tiveram poucas oportunidades de formação continuada. Já o outro diretor, afirmou que em sua escola há a equipe multidisciplinar e a Secretaria de Estado da Educação (SEED) oferece a formação em ação, oficinas, mas é opcional o estudo, o professor escolhe entre as temáticas afrobrasileira e indígena e a formação ocorre duas vezes por ano.

Por fim, acerca da compreensão sobre os conflitos fundiários entre os fazendeiros da região e a população Avá-Guarani, o diretores responderam:

Resido aqui há cinquenta anos e não se tem provas dos índios em Guaira, um exemplo é o alemão no Brasil, ele também tem direito a terra? [...] temos uma questão de território, de demarcação, convivemos com o medo, agora acalmou; é um problema do Brasil, é a mistura e isso não vai ser solucionado, tem o direito do índio e tem direito do não índio também.

A seguir apresentamos o papel e a compreensão das Equipes Multidisciplinares nas referidas escolas.

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR E SEU PAPEL FORMADOR NAS ESCOLAS

Por meio da Instrução nº 010/2010 – SUED/SEED, foram implementadas as Equipes Multidisciplinares em todas as escolas estaduais paranaenses para abordar sobre a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileiras, Africana e Indígena. As Equipes Multidisciplinares (EM) são compostas por professores, funcionários da rede estadual de educação, que exercem a docência ou cargos correlatos nas escolas estaduais e/ou nos Núcleos Regionais de Educação e são articuladas à SEED, sob uma perspectiva educacional voltada para o combate ao preconceito e ao racismo.

A institucionalização das EMs ocorreu no ano de 2010, na gestão do governo de Roberto Requião de Mello e Silva (2007-2010), sendo implantado e desenvolvido um trabalho de formação continuada de professores com produção de materiais de apoio pedagógicos voltados a esta temática.

Em 2018, a SEED organizou seis Cadernos Pedagógicos a partir de um texto base intitulado “Currículo, Mídia e Relações Étnico Raciais: desnaturalizar representações naturalizadas”, com objetivo de viabilizar a produção de novas

práticas e conhecimentos pedagógicos e compartilhá-los com os estabelecimentos de ensino da rede estadual de educação, instituições especializadas, escolas parceiras e os Núcleos Regionais de Educação. Dos seis volumes, dois foram dedicados aos povos indígenas, tendo como tema “Os indígenas na mídia: as apresentações e representações”; e as “Manifestações culturais Indígenas e os meios de comunicação” e os demais volumes versaram sobre os negros e as mídias sociais como ferramenta de luta e resistência.

Foram entrevistados dois professores membros das Equipes Multidisciplinares, sendo um de cada escola estadual pesquisada. Na caracterização dos membros da Equipe Multidisciplinar das duas escolas, observamos que ambos os entrevistados cursaram pedagogia em universidades públicas, atuam nas escolas há aproximadamente três anos.

Ao serem indagados acerca das ações desenvolvidas na escola referentes à Lei nº 11.645/2008, o membros relatam que:

Inicialmente, fui contrário à obrigatoriedade da Lei, mas atualmente acredito na assertividade da inclusão da temática indígena nos currículos escolares.

É uma Lei para o não índio contemplar no Plano de Trabalho do Professor (PTD), saber que é obrigatório e para não existir diferença, para não serem tratados diferentes em seus direitos e deveres também.

Ao refletir sobre os conflitos que envolvem a questão fundiária em Guaira o membro responderam:

Não vejo os índios tendo tantos direitos, existe um outro poder por trás, a política, na escola não, não há interferência”; afirmam que “a demarcação é uma injustiça com a população, é revoltante apropriação sem negociação legal e justa, não há debate sobre como vai ser a indenização, é uma conduta criminosa, me sinto lesado e desrespeitado.

Acerca das abordagens pedagógicas considerando a presença de estudantes Avá-Guarani nas escolas estaduais evidenciam que:

As atividades são propostas no planejamento e currículo da escola. O trabalho com a consciência negra engloba todas as culturas, pois é interdisciplinar (negros e índios) e fica à escolha do professor. A equipe não interfere. As apresentações musicais indígenas, trabalho com cartazes e textos.

procuro não incitar o ódio, trabalhar igual e cortar as manifestações agressivas, realizamos feiras, artesanatos, danças, eventos culturais e jogos.

Em torno das dificuldades sentidas pelos professores da EM tendo em vista os conflitos na região e no município, os membros relataram que:

Há grandes dificuldades, existem complicações, por exemplo, não é possível abordar o tema “Eletrosul” com a presença de estudantes indígenas.

Os professores tentam mediar os conflitos e oferecer ajuda. A partir dessas informações observa-se as compreensões dos estudantes indígenas.

Passamos a dialogar com os estudantes indígenas que tiveram a iniciativa de vir ao nosso encontro num grupo misto de meninos e meninas.

OS ESTUDANTES AVÁ-GUARANI E A BUSCA PELO PROTAGONISMO NA ESCOLA NÃO INDÍGENA

Inicialmente, planejamos realizar entrevistas individuais com, ao menos, dois estudantes Avá-Guarani com idades entre 12 e 14 anos matriculados em cada uma das duas escolas, o que totalizaria quatro estudantes. Contudo, ao abordarmos os estudantes, estes vieram em grupo para a entrevista, tornando-se uma entrevista coletiva com onze estudantes, porém o registros dos relatos foram sintetizados por duas meninas do grupo. Em vários momentos da entrevista coletiva, respondiam coletivamente entre olhares de aprovação ou reprovação pela fala do colega. Na ocasião, um membro da Equipe Multidisciplinar acompanhou a conversa e permaneceu na sala durante todo o período da entrevista.

O grupo era composto, majoritariamente, por meninos, mas, curiosamente, nas duas escolas, as meninas tiveram uma participação mais expressiva, tanto nas respostas como na liderança do grupo, fazendo intervenções para haver silêncio e respeito quando haviam muitas conversas paralelas durante a entrevista. Ao pedirem silêncio dos meninos, as meninas afirmavam que “alguém estava disposto a nos ouvir. Pra nós é uma grande oportunidade, nem sempre querem saber da gente, vamos escutar e falar com eles”.

Ao serem questionados por nós acerca das ações de interculturalidade desenvolvidas na escola e a existência de preconceitos, os estudantes Avá-Guarani relataram que:

Sofremos com o preconceito, *bullying*, apelidos; Nós sentimos um preconceito maior quando fomos fazer apresentação da nossa cultura no dia do índio, eles riram de nossa apresentação [...] somos discriminados, os *juruaás* [o não indígena] falam que somos feios e somos escuros, pretos, nos colocam apelidos, a gente escuta e não responde, não fala nada, a gente não quer confusão, você sabe que tem muito suicídio entre nós indígenas?

Ao abordarmos sobre as suas impressões acerca da escola não indígena, os estudantes Avá-Guarani afirmaram que:

Se fosse na aldeia, seria melhor. Aprendo melhor, porque é legal e tem mais estudantes indígenas como eu.

A escola é muito boa, podemos ir para a faculdade. Os professores explicam de forma diferente.

É diferente, antes eu falava mais a língua Guarani, agora falo mais o português.

Refletindo sobre como os professores se referem aos povos indígenas nas salas de aula, os estudantes Avá-Guarani responderam:

Que nós somos diferentes, não falamos a língua portuguesa e falam do indígena.

Que são povos diferentes e têm culturas diferentes; Falam das línguas e da história antiga. Também falam mal dos povos indígenas fora da aldeia, que são sujos, eles se acham melhores que os índios.

contam a história antiga, a atual não, mostra só o índio do passado, falam mal dos povos indígenas, que é melhor ter os índios longe.

Sobre as compreensões dos estudantes Avá-Guarani acerca dos conflitos fundiários entre fazendeiros e as populações indígenas em Guaíra e na região, os estudantes Avá-Guarani refletiram que:

Estamos sofrendo muito e com medo, o cacique avisa que, por causa da demarcação, tem perigo dos fazendeiros entrarem na aldeia e atacar, pra se cuidar, que está perigoso.

Estamos lutando, nos fortalecendo junto com nossos pais, lideranças e *xamõí*.

Meus pais não falam do assunto, mas nós sabemos, os fazendeiros querem tirar nossa terra, não tem problema tomar a terra, mas querem matar indígena, eu não entendo o porquê, não fizemos nada pra eles.

A demarcação podia sair, nós queremos plantar, é nosso direito, meus pais querem morrer na terra indígena.

Acerca das atividades escolares desenvolvidas sobre a história dos Avá-Guarani da região, os estudantes relataram que:

Tem, o professor pede para desenhar os pais, a aldeia, tem as danças.

Não tem, só fazem a festa junina.

Uns poucos eventos são feitos, predomina o trabalho com a consciência negra, algumas danças e cantos.

Ao serem indagados sobre as dificuldades de estudar numa escola não indígena, os estudantes Avá-Guarani responderam:

As matérias são difíceis, o português, o ensino do inglês é muito difícil, por que não tem espanhol?

É difícil acordar, ir para escola e não saber o que vai acontecer com você, não estar na nossa aldeia, nós nos sentimos fora dessa escola, a maioria dos professores trabalham contra nós, o professor pode ser ou ter parente fazendeiro, não sentimos apoio dos professores, eles trabalham com a gente por obrigação.

Ter que aprender em outra língua é muito difícil.

Tais relatos evidenciam a urgente necessidade e a importância de se implantar e manter escolas indígenas nos territórios Avá-Guarani enquanto direito social e cultural, efetivando-se o que é preconizado pela Constituição Federal Brasileira de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e pela legislação específica da educação escolar indígena no Brasil e no Paraná.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratar da implementação da Lei nº 11.645/2008 nas escolas estaduais de Guaíra e região podemos sinalizar que esta tenta se firmar num ambiente educacional complexo, devido aos conflitos protagonizados pelos fazendeiros e as populações indígenas. Um aspecto central que buscamos abordar neste texto é que não se trata meramente do estudo de escolas públicas convencionais e do desenvolvimento de atividades pedagógicas num ambiente em que, comumente, conta com a ausência física de indígenas. Nos casos estudados, há a presença física de estudantes indígenas matriculados e estudando nas referidas escolas estaduais, contudo, nos parece que nem sempre com a garantia de sua permanência efetiva e visivelmente compreendida e afirmada.

Nesse aspecto, constatamos que as dificuldades se evidenciam, em princípio, pela falta de escolas indígenas orientadas por princípios legais como bilingues, interculturais, específicas, diferenciadas e comunitárias nas aldeias, sendo esta uma exigência e garantia legal presente na Constituição Federal Brasileira de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena de 1999 e revisada em 2012, nas Diretrizes Operacionais Nacionais de Funcionamento das Escolas Indígenas de 1999, dentre outros documentos legais fundamentais. Desta forma, com esta ausência, os estudantes indígenas vão para a cidade em escolas estaduais regulares. Segundo Luciano (2006), filósofo e antropólogo indígena no Estado do Amazonas, estas situações provocam um percurso diverso ao aluno indígena, podendo ter na prática do bilinguismo⁴ entraves na socialização e nas trocas interculturais entre

4 Bilinguismo – situação de bilinguismo se dá quando um acadêmico/sujeito é falante de duas ou mais línguas – nesse caso tem-se a Língua Avá-Guarani e a Língua Portuguesa, sobre o tema, autores

professores, estudantes indígenas e não indígenas.

Durante as visitas às escolas constatamos que as suas bibliotecas apresentavam um limitado acervo sobre os povos indígenas evidenciando a carência de literatura específica suficiente para compor a formação continuada de professores e estudantes nesses espaços. Os conflitos e agruras, a violência e precariedade ficam mais evidentes nas narrativas dos estudantes indígenas.

As respostas apresentadas e analisadas evidenciaram a timidez da atuação das Equipes Multidisciplinares das escolas estudadas, muito embora, no ano de 2018, a SEED-PR tenha elaborado um material focalizado na desnaturalização dos preconceitos e racismos contra os negros e indígenas. Nessa direção, há convergência entre as respostas dos professores e estudantes que apontam fragilidades na implementação da Lei nº 11.465/2008 nas escolas pesquisadas. Tal compreensão pode ser observada junto aos estudantes Avá-Guarani abordados ao relatarem seu sofrimento cotidiano com o preconceito e a discriminação, cabendo nesse momento por eles a menção e associação da expressão “suicídio entre os Avá-Guarani”.

Isto porque percebemos que não vislumbram um futuro promissor, pois sua luta hoje é pela vida, pela existência, ao comentarem que “é difícil ir para escola e não saber o que vai acontecer com a gente”, tal é o sentimento de impotência e profundo desânimo. A escuta nesses casos é fundamental, pois o confronto de compreensões entre os participantes da pesquisa evidenciou que o processo de implementação da lei não mudou seu curso, tendo em vista que a presença dos indígenas nas escolas corrobora com a tese da invisibilidade das minorias no processo educativo formal.

Professores e equipe pedagógica mencionam um processo complexo agravado pelos conflitos locais existentes e que, por vezes, os fazem não querer debater sobre a questão. Sendo assim, o que sobressaiu foi um clima de insegurança ao tratar de conteúdos que abordam a complexidade étnico-cultural dos povos indígenas e, sobretudo, das questões afetas à luta pela retomada dos territórios indígenas e dos conflitos decorrentes. Compreendemos que os entraves são específicos e potencializados em Guaíra e região, evidenciando que o trabalho das Equipes Multidisciplinares, das coordenações pedagógicas e dos professores também precisa ser potencializado, devendo contar com maiores investimentos na sua formação continuada e na produção de materiais didáticos e de apoio pedagógico. Tais ações devem ser repensadas sob uma base mais concreta, com ações e estratégias mais intensas, fazendo juz à complexidade dos conflitos na região.

Nesse contexto, emerge a demanda por uma formação específica, no sentido de estar realmente articulada a realidade de Guaíra e região, o que, certamente,

como Hamel (1999); Maher e Cavalcanti (2007) tratam o bilinguismo como algo positivo, mesmo que na etapa da produção e interpretação de texto, o processo seja mais complexo.

necessitaria maior tempo de qualificação dos professores e da atuação das Equipes Multidisciplinares nas escolas, propondo ações específicas para esta região as quais possibilitem melhor compreensão e aprofundamento histórico, geográfico, antropológico, sociológico e artístico sobre os povos indígenas. As orientações pela SEED-PR por meio de sua equipe de Coordenação da Educação Escolar Indígena e pelos Núcleos Regionais de Educação são fundamentais nas escolas estaduais de Guaíra e em toda região oeste do Paraná para garantir suporte teórico, metodológico e legal a um debate fundamental, tornando possível maior aprofundamento teórico, histórico e crítico.

Nas análises, observa-se a recorrência de respostas evasivas por parte da comunidade escolar como um todo, deixando margem para pensar em ocultação e negação dos conflitos existentes e das violações dos direitos humanos que possam ocorrer na região contra os povos indígenas. Tendo em vista esse cenário que, de certa forma, dificulta a materialização da Lei nº 11.645/2008, agregado a complexidade da questão, é urgente o desenvolvimento de ações e estratégias que atendam as particularidades que compõem a região de Guaíra.

Consideramos ainda que é fundamental a implementação do Parecer CNE/CEB nº 14/2015, que institui as Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, uma vez que observamos a necessidade que tal documento também oriente o material produzido pelas Equipes Multidisciplinares do Estado do Paraná. Percebem-se distanciamentos entre as instâncias governamentais no nível estadual e federal, mas sobretudo, há um distanciamento entre as escolas pesquisadas e as comunidades indígenas. Portanto há que se ampliar os canais de comunicação e diálogo entre as instâncias governamentais e praticar a escuta atenta, qualificada e intercultural junto as comunidades indígenas, sem isso, não há possibilidade de avançar na implementação da Lei nº 11.645/2008. Tal lei seguirá a passos lentos, por motivos alheios à escola, mas que, sobretudo, a afetam.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Gustavo K.; OMOTO, João A.; ARAUJO JUNIOR, Julio J.; RAMOS, Luciana, M. de M. **Avá-Guarani: a construção de Itaipu e os direitos territoriais**. Brasília: ESMPU, 2019.

ARROYO, Miguel. Políticas Educacionais, igualdade e diferenças. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 27, n.1, p. 83-94, Jan/Abr, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19969>. Acesso em: 26 mar 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 26 mar 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/Lei nºs/Lei nº9394.pdf](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/Lei%20n%25s/Lei%20n%259394.pdf). Acesso em: 26 mar 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.639/2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Lei_nºs/2003/L10.639.htm. Acesso em: 26 mar 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.645/2008**. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei_nº/L11645.htm. Acesso em: 26 mar 2019.

BRASIL, **Parecer CNE/CEB Nº: 14/2015**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=27591-pareceres-da-camara-de-educacao-basica-14-2015-pdf&category_slug=novembro-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em 05/06/2019

CARVALHO, Maria L. B. **Das Terras dos Índios aos Índios sem Terras - O Estado e os Avá-Guarani do Oco'y: violência, silêncio e luta**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 834f. São Paulo, 2013.

CUNHA, Manoela da C.; CESARINO, Pedro de N. (Orgs.). **Políticas Culturais e Povos Indígenas**. São Paulo: UNESP, 2016.

CUNHA, Manoela da C.; BARBOSA, Samuel R. (Orgs.). **Direito dos Povos Indígenas em Disputa**. São Paulo: UNESP, 2018

GALVÃO, Edson. **Histórias, Lendas e Poesias**. Guaíra-PR. Editora Riozão Querido. 2014.

HAMEL, Rainer E. **Hacia una política plurilingüe y multicultural. Políticas lingüísticas para América Latina**. In: ACTAS DEL CONGRESO INTERNACIONAL, Buenos Aires, p. 26- 29, 1999.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Edições MEC/UNESCO, 2006.

MAHER. **Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngue e intercultural**. In: CAVALCANTI, Marilda C. e BORTONI-RICARDO, Stella Maris. (Orgs.). *Transculturalidade, Linguagem e Educação*. São Paulo: Mercado de Letras, 2007b, p.67- 88.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Algumas considerações sobre o problema do índio no Brasil**. In: PANE BARUJA, Salvador. Curt Nimuendajú: o alemão que virou índio no Brasil. Bochum (Alemanha): Edição eletrônica pelo autor: 2014, p. 302-313. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/localfiles/biblio%3Animuendaju1933consideracoes/nimuendaju_1933_consideracoes.pdf. Acesso em: 26 mar 2019.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação – SEED. SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO. **INSTRUÇÃO Nº 010/2010 – SUED/SEED**].

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação –SEED – Equipe Multidisciplinar. **Currículo, Mídia e Relações Étnico-Raciais: Desnaturalizar Representações Naturalizadas**. Texto Base, 2018.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização: A integração da populações indígenas no Brasil moderno**. 7, ed.- São Paulo: Global, 2017.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Elisa Yoshie Ichikawa - Mestre em Administração e Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou estágio pós-doutoral em Administração na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora da Graduação e da Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Coordenadora do projeto “Conflitos e Resistências para a Conquista e Demarcação de Terras Indígenas no Oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani”, que teve o apoio financeiro da CAPES por meio do Edital 012/2015 – Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais

Wagner Roberto do Amaral - Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pós-Doutorado em Estudos Interculturais pela Universidad Veracruzana (México) e Pós-Doutorado em Políticas de Educação Superior para Povos Indígenas na América Latina pela Universidad Nacional Tres de Febrero (Argentina). Estância pós-doutoral no Instituto de Migraciones da Universidad de Granada (Espanha). Professor do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e membro da Comissão Universidade para os Índios da UEL. Pesquisador colaborador do projeto “Conflitos e Resistências para a Conquista e Demarcação de Terras Indígenas no Oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani”.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-822-9

